

Informação a comunicar ao público
sobre estabelecimento abrangido pelo regime de prevenção de
acidentes graves que envolvem substâncias perigosas

(HyChem - Química Sustentável, S.A)

Actualizada a 03/11/2025

Porquê ler este documento?

Este documento divulga ao público a informação relativa a cada estabelecimento abrangido pelo regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, e indica, também, onde pode ser obtida informação adicional.

A ocorrência de acidentes de grande dimensão (por exemplo, incêndios, explosões, derrames) relacionados com a libertação de substâncias perigosas presentes em estabelecimentos pode colocar em risco os trabalhadores desses estabelecimentos e a população na envolvente e afetar seriamente o ambiente.

O Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, estabelece as obrigações a cumprir pelos operadores dos estabelecimentos, de modo a prevenir os perigos e a limitar as consequências dos acidentes graves. Este documento pretende, assim, dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 30.º daquele diploma legal.

Por quem é elaborada a informação?

A informação apresentada é da responsabilidade do operador do estabelecimento. Parte da informação – aquela que se refere às formas de aviso, às medidas de autoproteção a adotar pela população em caso de acidente e ao Plano de Emergência Externo - é elaborada em articulação com a Câmara Municipal, em particular com o Serviço Municipal de Proteção Civil.

A. Informação geral

Identificação do estabelecimento

| | |
|---|--|
| Nome / Designação comercial do operador | HYCHEM |
| Designação do estabelecimento | HYCHEM – QUÍMICA SUSTENTÁVEL, S.A. |
| Endereço do estabelecimento | Rua Engenheiro Clément Dumoulin 2625-106 Póvoa de Santa Iria |
| Freguesia | Póvoa de Santa Iria |
| Concelho | Vila Franca de Xira |

Enquadramento do estabelecimento no regime de prevenção de acidentes graves (Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto)

| | |
|---|-----|
| Estabelecimento abrangido pelo nível inferior | Sim |
| Estabelecimento abrangido pelo nível superior | |

Disposições previstas no regime de prevenção de acidentes graves

Comunicação (artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto)

| | |
|--|------------|
| Data da submissão da notificação/comunicação | 03/11/2025 |
|--|------------|

Relatório de Segurança (artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto)

| | |
|---|---|
| Data da submissão do relatório de segurança | - |
|---|---|

Efeito dominó¹ (artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto)

| | | | |
|--|--------------------------------------|---|----------------|
| Data em que a Agência Portuguesa do Ambiente comunica que o estabelecimento está incluído no grupo de efeito dominó no qual estão integrados os estabelecimentos referidos abaixo. | | | |
| Designação do estabelecimento | Endereço completo do estabelecimento | Assinale a opção aplicável a cada estabelecimento | |
| | | Nível inferior | Nível superior |
| - | - | - | - |

Possibilidade de ocorrência de acidentes graves com efeitos transfronteiriços

O estabelecimento, situado a (*inserir distância à fronteira*) km da fronteira, está identificado, pela Agência Portuguesa do Ambiente, como passível de afetar outros países, pelos efeitos

¹ Estabelecimentos de efeito dominó - estabelecimentos ou grupos de estabelecimentos, de nível inferior e de nível superior, em que a probabilidade ou as consequências de um acidente grave são maiores devido à posição geográfica e à proximidade destes estabelecimentos e dos seus inventários de substâncias perigosas.

transfronteiriços de um acidente grave, no âmbito da *Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas sobre os Efeitos Transfronteiriços de Acidentes Industriais*².

Inspeção (artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto)

| | |
|--|------------|
| Data da última inspeção da IGAMAOT (Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) para verificação do cumprimento do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto | 26/09/2024 |
|--|------------|

B. Descrição do estabelecimento e das medidas para fazer face a acidentes graves envolvendo substâncias perigosas

Descrição, em termos simples, das atividades desenvolvidas no estabelecimento

HyChem - Química Sustentável, S.A. é uma empresa especializada na química do hidrogénio e parceira estratégica na transição da indústria para a neutralidade carbónica.

Na Póvoa de Santa Iria (VF de Xira), a HyChem produz clorato de sódio, substância essencial ao setor da Pasta e Papel, e hidrogénio.

| | |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| Código CAE ³ principal | 20130-R3 |
| Outros códigos CAE | 72190-R3 / 46750-R3 / 20110-R3 |

Substâncias perigosas presentes no estabelecimento

| Substâncias incluídas na Parte 1 do anexo I do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto | Advertências de perigo |
|---|-------------------------|
| Secção «H» – PERIGOS PARA A SAÚDE | |
| H2 Toxicidade Aguda | Acute Tox. 2, H330 |
| Secção «P» – PERIGOS FÍSICOS | |
| P8 Líquidos e sólidos combustíveis | Ox. Sol. 1, H271 |
| Secção «E» – PERIGOS PARA O AMBIENTE | |
| E1 Perigoso para o ambiente aquático | Aquatic Acute 1, H400 |
| E2 Perigoso para o ambiente aquático | Aquatic Chronic 2, H411 |
| Secção «O» – OUTROS PERIGOS | |

² Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas sobre os Efeitos Transfronteiriços de Acidentes Industriais (Convenção ETAI) – Esta Convenção visa a prevenção, preparação e reação a acidentes industriais passíveis de causar efeitos transfronteiriços, incluindo a reação aos efeitos desses acidentes causados por estabelecimentos industriais e a cooperação internacional relativa a assistência mútua, investigação e desenvolvimento, troca de informação e troca de tecnologia na área da prevenção e controlo dos acidentes industriais. Mais informação em <http://www.apambiente.pt> > Prevenção e Gestão de Riscos > Prevenção de Acidentes Graves (PAG) > Assuntos Internacionais.

³ Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 4, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 9/2025, de 12 de fevereiro, que constitui o quadro comum de classificação de atividades económicas a adotar a nível nacional.

| | |
|---|--|
| | |
| Substâncias incluídas na Parte 2 do anexo I do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto | Advertências de perigo |
| Amoníaco | Acute Tox. 3, H331; Flam. Gas 2, H221; Aquatic Acute 1, H400 |
| Gás Natural | Flam. Gas 1, H220 |
| Gasóleo | Aquatic Chronic 2, H411, H226 |
| Hidrogénio | Flam. Gas 1, H220 |

Principais tipos de cenários de acidentes graves que podem ocorrer no estabelecimento, possíveis consequências para a envolvente (população e ambiente) e medidas de controlo existentes no estabelecimento

| Cenário de acidente | Potenciais efeitos dos acidentes | Medidas existentes para fazer face ao cenário de acidente |
|--|---|---|
| Incêndio | Efeitos na saúde humana, bens e ambiente, se forem diretamente afetados pelo incêndio. Podem gerar-se nuvens de fumo que causam problemas respiratórios e a dispersão de cinzas. O sobreaquecimento de áreas adjacentes pode levar à ignição de combustíveis noutros locais. | <i>Verificação do Plano de Emergência Interno da Empresa e respetivos procedimentos técnicos aplicáveis</i> |
| Explosão | Poderá ter consequências severas para saúde humana, bens e ambiente na envolvente do estabelecimento. O efeito da onda de choque pode afetar as pessoas diretamente ou na sequência de danos nas estruturas. Existe a possibilidade de iniciar incêndios noutros locais afetados pela explosão. | <i>Verificação do Plano de Emergência Interno da Empresa e respetivos procedimentos técnicos aplicáveis</i> |
| Projeção de fragmentos | Fragmentos de recipientes ou de estruturas próximas da explosão podem ser projetados com grande velocidade causando efeitos graves nas pessoas e bens. | <i>Verificação do Plano de Emergência Interno da Empresa e respetivos procedimentos técnicos aplicáveis</i> |
| Libertação de substâncias no estado gasoso que sejam tóxicas para a saúde humana | Os efeitos associados à libertação, para a atmosfera, de substâncias tóxicas podem causar danos ser reversíveis ou irreversíveis para a saúde humana e até causar a morte, | <i>Verificação do Plano de Emergência Interno da Empresa e respetivos procedimentos técnicos aplicáveis</i> |

| | | |
|---|---|---|
| | dependendo do tempo de exposição à nuvem tóxica. | |
| Derrame de substâncias perigosas para o ambiente aquático | Contaminação/poluição de recursos hídricos (ex. fontes de abastecimento de água potável, rios, estuários, reservas subterrâneas, praias e outras zonas do litoral marítimo) na envolvente do estabelecimento. | <i>Verificação do Plano de Emergência Interno da Empresa e respetivos procedimentos técnicos aplicáveis</i> |
| Libertação de efluentes contaminados resultantes do combate a incêndios | Contaminação/poluição de recursos hídricos (ex. fontes de abastecimento de água potável, rios, estuários, reservas subterrâneas, praias e outras zonas do litoral marítimo) na envolvente do estabelecimento. | <i>Verificação do Plano de Emergência Interno da Empresa e respetivos procedimentos técnicos aplicáveis</i> |
| <i>Outros</i> | | |

Atuação imediata do operador em caso de ocorrência de acidente grave

Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei nº 150/2015, de 5 de agosto, em caso de acidente grave, o operador:

- Aciona de imediato os mecanismos de emergência, designadamente o plano de emergência interno ou plano de emergência interno simplificado.
- Informa, de imediato, a ocorrência, através dos números de emergência, às forças de segurança e serviços necessários à intervenção imediata e à câmara municipal.

Outras medidas

Ativação do Plano de Emergência Interno da Empresa

Informações gerais sobre a forma como o público interessado será avisado em caso de acidente grave e informações adequadas sobre as medidas de autoproteção a adotar pela população na envolvente do estabelecimento

Verificar Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, capítulo 2.2.1, disponível no site da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Referência ao Plano de Emergência Externo elaborado para fazer face a efeitos no exterior do estabelecimento decorrentes de um acidente

Verificar Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, capítulo 2.2.1, disponível no site da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

03/11/2025

Onde se pode obter informação adicional?

→ Sobre o estabelecimento

| | |
|-----------------------------|--|
| Designação do operador | HyChem – Química Sustentável, S.A |
| Endereço do estabelecimento | Rua Engenheiro Clément Dumoulin 2625-106 Póvoa de Santa Iria |
| Telefone | 21 953 4000 |
| Email | geral@hychem.pt |
| Sítio na <i>internet</i> | www.hychem.pt |

→ Sobre a forma de aviso e medidas de autoproteção da população em caso de acidente e sobre a elaboração do Plano de Emergência Externo

Câmara Municipal

| | |
|--------------------------|---|
| Designação | Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) |
| Endereço | Avenida Pedro Victor, nº 5 2600-221 Vila Franca de Xira |
| Telefone | 263 270 885 |
| Email | smpc@cm-vfxira.pt |
| Sítio na <i>internet</i> | www.cm-vfxira.pt |

→ Sobre a implementação do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto

Agência Portuguesa do Ambiente | Departamento de Avaliação Ambiental

geral@apambiente.pt

Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal Ap. 7585 | 2610-124 Amadora

Telefone 21 472 82 00

No sítio na *internet* da Agência Portuguesa do Ambiente:

www.apambiente.pt > Prevenção e Gestão de Riscos > Prevenção de Acidentes Graves

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

Geral@prociv.pt

Av. do Forte em Carnaxide | 2794 - 112 Carnaxide

Telefone 21 424 71 00

→ Sobre a inspeção ao estabelecimento no âmbito do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto

Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

igamaot@igamaot.gov.pt

Rua de O Século, n.º 51 | 1200-433 Lisboa

Telefone 21 321 55 00